

## **ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA MINUTA DO PROJETO DE LEI DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA BAIROS DO TAMANDUATÉI, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2015.**

Aos vinte e um dias do mês de setembro de 2015, no período compreendido entre 18h00 e 22h30 foi realizada a Audiência Pública sobre a Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, no auditório do Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente situado à Rua José Zappi, 120 - São Paulo-SP. A abertura foi coordenada pela São Paulo Urbanismo e foi constituída de breve saudação e esclarecimentos sobre o procedimento da audiência pública. A mesa diretora é composta pelo Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues que fará a apresentação, a Subprefeita de Vila Prudente Sandra Elena Barbosa dos Santos e o Presidente do Círculo dos Trabalhadores Cristãos Sr. Newton Zadra. Agradecemos o empréstimo do auditório para a realização da audiência e a presença dos demais representantes da região. Passa a palavra ao Sr. Gustavo Partezani Rodrigues, que faz breve saudação e passa a palavra à Subprefeita. Sra. Sandra Elena agradece a presença de todos e reforça os objetivos da apresentação da audiência, ressaltando a importância das manifestações e contribuições. Sr. Gustavo Partezani Rodrigues passa a palavra ao Presidente do Círculo dos Trabalhadores Cristãos – Sr. Newton Zadra para saudação, que cumprimenta a todos e saúda os representantes. Fala da importância dos trabalhos do dia, com a proposta que será apresentada. Fala do adensamento proposto e das reivindicações da região, como áreas verdes, equipamentos culturais entre outros. Chama a população para reforçar reivindicações desejos de transformação da comunidade. Aponta a mais antiga favela da cidade de São Paulo – Favela da Vila Prudente, que precisa de atenção e propostas do poder público. Neste momento, a mesa é desfeita para que todos possam acompanhar a apresentação. Na sequência foi realizada a exposição, pelo Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo - Gustavo Partezani Rodrigues, dos objetivos e estratégias propostas na Minuta do Projeto de Lei que se encontra disponibilizada no site [www.gestaourbana.sp.gov.br](http://www.gestaourbana.sp.gov.br) desde 26.09.2015. Sr. Gustavo Partezani Rodrigues inicia a apresentação e retoma o processo participativo de licenciamento da operação urbana consorciada, em audiências realizadas em dezembro de 2014, realizadas nos mesmos locais. Inicia com a apresentação do instrumento Operação Urbana Consorciada demonstrando as transformações previstas para o território, juntamente com seus objetivos e estratégias de: socialização dos ganhos da produção na região; assegurar o direito a moradia digna para quem precisa; melhorar a mobilidade urbana; qualificar a vida urbana dos bairros; orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; reorganizar as dinâmicas metropolitanas promovendo o desenvolvimento econômico da cidade; incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade; fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade e preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais. Os objetivos e estratégias são detalhados e, ao final, o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo encerra a sua fala, abre a palavra aos inscritos para as manifestações e apresenta mesa técnica para esclarecimentos de dúvidas junto aos mapas disponibilizados. Agradece a atenção e é iniciada, pela coordenação, a chamada dos inscritos. Inicialmente, a coordenação agradece a presença do Vereador Toninho Vespoli e segue com cinco falas. 1) Sr. José da Guia Pereira (militante do movimento popular de saúde da região sudeste) cumprimenta a todos e cita matéria jornalística que apresenta diminuição dos recursos disponibilizados para equipamentos públicos: de 28% apresentados anteriormente, para 15% apontados na minuta.

Houve queda de 13% dos investimentos em equipamentos sociais. Pergunta quais e quantos seriam os equipamentos públicos e se as construções seriam sustentáveis. 2) Sr. André D. Silva (MDF / UMM) fala da dificuldade em apropriação das informações no formato das audiências públicas e do exíguo tempo de debate. Cita as conquistas do Plano Diretor Estratégico – PDE, inclusive sobre as áreas de ZEIS, onde aponta a proposta de realocação de ZEIS como descabida. Indaga sobre os 25% destinados à habitação de interesse social quanto às faixas de atendimento. Pede para que seja atendimento apenas de faixa 1, sendo a população que mais precisa. Sobre os quadros disponibilizados na minuta, identifica a presença de vários quadros das mais diversas intervenções, mas não há mapeamento das diversas comunidades do perímetro. Pede a inclusão do nome de todas as favelas para que se possa garantir o investimento prioritário nessas comunidades. Neste momento, o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo convida o Vereador Toninho Vespoli para compor a mesa. Segue-se a fala: 3) Sr. Hirão Tessari (Jornal da Zona Leste) remete à outras intenções fracassadas do poder público em criar empresas para cuidar de áreas específicas. Fala sobre a abertura do viário da Avenida Pacheco e Chaves. Cita o alinhamento viário dos anos 50 e das edificações que ali se instalaram. Pergunta se haverá recursos para as indenizações a todos os munícipes atingidos pelas desapropriações. Pergunta o porquê, na região, apenas consta o alargamento da Avenida Ibitirama. 4) Sr. Edilson Mineiro (MST Leste 1 / UMM) cumprimenta a todos e fala de sua trajetória frente às lutas dos movimentos sociais. Entende que cada etapa do debate tem uma finalidade e na atual fase de conhecimento da minuta, onde foi feito uma avaliação de aspectos que precisam ser aperfeiçoados. É fundamental garantir a prioridade para quem já mora nas favelas, cortiços e fundos de quintal da região, prioridade à faixa 1 de atendimento de Habitação de Interesse Social - HIS, onde os 25% dos recursos para HIS devam ser destinados à produção de HIS faixa 1. Pergunta sobre as áreas que serão atendidas pela operação e em qual horizonte de tempo para a produção habitacional. Sobre os instrumentos de controle, pede maioria da sociedade civil no Grupo de Gestão e eleições diretas. Apresenta um documento com as diversas questões que o grupo desenvolveu e circula entre os participantes das audiências e farão também na minuta participativa. Pede mais debate para alcançar o consenso. 5) Sr. Benedito Roberto Barbosa – Dito (Movimento de Moradia Sudeste) cumprimenta os presentes e os demais parceiros dos diversos movimentos sociais presentes. Fala da importância em se estender o debate e da necessidade de atendimento da faixa 1 de HIS e cita terreno indicado para habitações populares na região da Avenida Presidente Wilson. Fala sobre a especulação imobiliária e a valorização da terra, onde o simples anúncio da Operação Urbana já causa o aumento dos valores e consequentemente o valor dos aluguéis, dinâmica esta que expulsa a população de baixa renda. Cita como paralelo a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. Critica a criação da empresa BTSA. Para que uma empresa dentro de outra empresa? Fala sobre a criação da empresa da Nova Luz, onde o interesse do mercado imobiliário prevalecia sobre o interesse das comunidades, diz ser uma proposta neoliberal de controle do território. É contra a criação da empresa dentro da empresa. Sobre o perímetro expandido, diz que dialoga pouco com as famílias de baixa renda, não englobando áreas de baixa renda e pede ampliação até a ponta da periferia. Também não concorda com a proposta do Grupo de Gestão da operação urbana, solicitando ampla participação, representação e eleições diretas. A coordenação encerra este primeiro bloco e passa a palavra ao Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo para os esclarecimentos. Sr. Gustavo Partezani Rodrigues agradece as contribuições e partilha as reflexões sobre o projeto apresentado. As

reflexões ajudam o executivo a calibrar as propostas, preservando a qualidade e objetivo. Os estudos se iniciaram no Plano Diretor de 2002, com a contribuição de várias pessoas. Ainda não haviam informações, subsídios suficientes e o trabalho foi evoluindo e aprendendo com os demais projetos e operações urbanas da cidade. Sobre os recursos atribuídos aos equipamentos, a primeira proposta apresentou todos os equipamentos indicados mapeados e dimensionados junto às diversas secretarias envolvidas. Durante as várias agendas a demanda por parques foi intensa. Diante disso, todas as intervenções foram orçadas e os valores necessários foram recalculados. Foi identificado que, com a capacidade de arrecadação ao longo do tempo, será possível executar as propostas de equipamentos das diversas secretarias com 15% dos recursos. A diferença dos recursos foi direcionada à criação e execução de parques e complementa a proposta do sistema de espaços públicos. Sobre a habitação. A atual gestão apresenta recorde em debates realizados por audiências públicas sobre as diversas políticas de desenvolvimento da cidade, como o Plano Diretor estratégico, a Operação Urbana Consorciada Água Branca e o próprio zoneamento que se encontra em discussão. Continuaremos o debate para aperfeiçoar a proposta. É necessário apresentar esclarecimentos a quatro pontos. A relocação de ZEIS surgiu com a preocupação com a grande incidência de solo contaminado. Caso edificar Habitação de Interesse Social - HIS nessas áreas custasse muito tempo e dinheiro, a relocação seria uma forma de viabilizar a execução das unidades: áreas contaminadas seriam utilizadas como parque e outras áreas seriam utilizadas para HIS. De qualquer forma, será possível reavaliar e aprimorar a proposta no debate. Quanto ao atendimento de HIS para a faixa 1, a lei segue as diretrizes e porcentagens definidas no Plano Diretor Estratégico. É possível rever esses índices, mas o importante é evitar a concentração destes atendimentos. A proposta da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí - OUCBT é fazer cidade, distribuindo as várias faixas de renda por todo o perímetro para promover a diversidade. Importante pensar em como fazer isso: se gravando para apenas faixa 1 ou se identificando os nomes das comunidades. Foi questionada também a formação do Conselho Gestor. A proposta de nomear o conselho com integrantes de representantes de conselhos já instituídos e eleitos de forma direta traz representatividade e diálogo com a sociedade, movimentos sociais e demais seguimentos para atendimento das demandas diversas e locais, validada pela lógica do Plano Diretor Estratégico. No debate ficou evidente e clara a vontade de participação junto ao Conselho Gestor da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Vários órgãos se manifestam quanto à participação: habitação, meio ambiente, cultura, infraestrutura, equipamentos e a COVISA, que além da vigilância, acompanha o processo de transformação, principalmente quanto às áreas contaminadas. Além de contemplar as sugestões apresentadas é necessário considerar o número total de membros. Este ponto também deverá ser debatido e aperfeiçoado. A criação da Empresa Pública também é um ponto importante para esclarecimentos. A Empresa Bairros do Tamanduateí S/A – BTSA é vinculada a São Paulo Urbanismo e tem objetivo e foco na agenda do território, que é muito grande. A Cidade de São Paulo apresenta outros exemplos como esse, onde citamos a própria COHAB e a antiga EMURB, que surgiu da necessidade de construir a urbanização ao redor das estações do metrô. Criar uma empresa é importante para a cidade, está em sua história e se caracteriza como um avanço no processo. A BTSA vem para objetivar e focar no processo de transformação. É imediata e precisa, identifica o interlocutor e consegue organizar melhor as diversas agendas. A proposta vem de modelos de empresas públicas identificados em outras cidades e países. Sobre o alinhamento viário, a proposta traz

a execução de alinhamentos viários já propostos nos anos 50. São aberturas de vias que foram projetadas, mas nunca executadas. Essas ligações são importantes para viabilizar as conexões do bairro. Neste momento, o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues encerra sua fala e abre novamente aos inscritos. A coordenação reinicia as falas. 6) Sra. Graça Xavier (UMM Sudeste) cumprimenta a todos e sugere que todos demais inscritos sejam ouvidos num único bloco e que se faça uma devolutiva no final, tendo em vista o adiantado da hora. Reforça a ausência das favelas e principalmente dos cortiços nos mapas e quadros, preocupando-se com a expulsão dos mais pobres pela especulação imobiliária. Fala da importância da eleição direta no Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, legitimando a representação dos moradores do perímetro afetado. Cita a “Operação Dos Meninos” e sugere englobar no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí levando seu perímetro expandido até o Parque Bristol, Jardim São Savério, Jardim Maristela entre outros, promovendo benefícios a mais famílias. A Operação Urbana trás a especulação imobiliária que expulsa os mais pobres. Pede cautela quanto a isso. A coordenação informe que todas as questões serão ouvidas, conforme sugestão da Sra. Graça Xavier. Prossegue então com a próxima fala. 7) Sr. Sidnei Pita (UMM / ULCM) cumprimenta a todos e saúda os diversos movimentos presentes. Fala sobre o longo prazo de implantação de uma operação urbana e da necessidade de realização de um diagnóstico, um censo que identifique as pessoas que hoje se encontram na região. Pergunta como será a vida dessas pessoas e que a gestão da operação priorize a implantação de Habitação de Interesse Social, em atendimento às famílias que se encontram atualmente nas diversas comunidades e principalmente os cortiços da baixada do Glicério. Preocupa-se com a criação da empresa lembrando a experiência da Nova Luz. Parcerias Público Privada - PPP que não beneficiam a população. 8) Sr. Manoel dos S. Almeida (MDF / UMM) cumprimenta os presentes e retoma a questão do atendimento habitacional, questionando quantas unidades serão disponibilizadas à faixa 1 das Habitações de Interesse Social. Preocupa-se com a situação atual das comunidades e pergunta sobre a regularização das áreas já consolidadas. 9) Sr. Jerson Flores (UMM) cumprimenta os presentes e concorda com as manifestações anteriores. Critica a criação de uma empresa dentro de outra empresa, afirmando que isto aumentará a burocracia pública e diz que a formação de consórcios favorecerá a especulação imobiliária, pois inviabilizam a compra de Habitação de Interesse Social. Fala que as unidades disponibilizadas à população de baixa renda são muito pequenas, entre 28m<sup>2</sup> e 32m<sup>2</sup>, sem possibilidade de habitar com qualidade. Além disso, quando não é atendida toda a demanda, encaminham para regiões distantes. Não quer relocação de demanda. 10) Sr. Elias Errero Vargas (Conselheiro do CADES Vila Prudente) cumprimenta a todos e fala que deveriam ter ocorrido reuniões com os CADE’s locais, das Subprefeituras, para tratar das questões do projeto. Pede atenção às peculiaridades das regiões: vilas temáticas, idosos, teatros de arena entre outros. Projeto louvável, mas de execução duvidosa, pois até hoje a prefeitura não atendeu a demanda de creches. 11) Maksuel José Costa (MSTI) cumprimenta a mesa e todos os presentes. Lembra a reunião ocorrida no início de setembro junto aos representantes dos Movimentos de Moradia. Informa da participação nas audiências anteriores e reforça que são poucas as audiências, apoiando as demais solicitações para que o debate seja ampliado com mais audiências. Pede eleição direta para o Grupo de Gestão, principalmente por conta das demais forças existentes nos Conselhos Participativos das Subprefeituras. Pergunta também se a proposta contempla a população de cortiços e se há levantamento dessas pessoas e se as 20.000 unidades de Habitação de Interesse Social

consideradas na minuta atenderão esta população. Teme que as áreas disponibilizadas não atendam a demanda existente. 12) Sra. Paula Santoro (FAU USP) cumprimenta a todos, se apresenta e fala do trabalho que acompanha junto ao Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Diz que o quadro de intervenções precisa ser aprimorado, principalmente sobre as questões habitacionais e de equipamentos públicos; que não está claro quais comunidades serão atendidas e as respectivas prioridades, sendo necessário identificar as comunidades e cortiços existentes tanto no perímetro de adesão como no perímetro expandido. Fala também da importância em se identificar e definir a localização dos equipamentos públicos, pois sem isso, é difícil definir junto ao Grupo de Gestão com a operação em andamento. Onde serão as creches e as escolas? É importante a prévia identificação. Sobre a criação da empresa BTSA, afirma que o processo de privatização não garante o interesse das pessoas. Teme uma empresa privada gerindo uma parte do espaço público. A empresa está bem definida no projeto de lei, assim como os coeficientes, viário e parques que valorizam o espaço, mas habitação de interesse social e equipamentos não. Pede esclarecimento sobre a gestão de ativos públicos incorporados ao capital da empresa, inclusive com participação em fundos de investimentos para fins do desenvolvimento imobiliário. Entende que ela vai explorar a rentabilidade dos recursos e pergunta se isto vai acontecer. Não concorda com isso e pede operações urbanas menos complexas. Pergunta também sobre a remuneração da empresa, pois nem sempre há captação de recursos pelo CEPAC e pergunta quem financiará o pagamento dos custos da empresa quando não houver recursos. Sobre o Grupo de Gestão solicita eleição direta dos representantes da sociedade civil além da ampliação dos representantes de moradores dos perímetros de adesão e expandido. Fala que é importante a articulação com o Conselho Participativo, mas a participação da sociedade civil no Grupo de Gestão deve ser ampliada. Entende que os segmentos de universidades e o do setor imobiliário não representam, necessariamente, a sociedade civil. 13) Sr. Chicão (Movimento Favelas) cumprimenta os presentes e fala sobre as diversas favelas da região, da situação precária que muitas delas se encontram e que são muito mais que 20.000 famílias apontadas na apresentação. Pergunta qual é a proposta para as favelas, por que não estão identificadas na minuta e por que não foi feito um levantamento dessas pessoas que estão no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. 14) Sr. Carlos Machado (AAASMA) não se apresentou. 15) Sr. Arlindo Amaro (Arquiteto) cumprimenta todos os presentes e comenta sobre a minuta apresentada. Diz que o texto produzido trás muitas falhas em atendimento à comunidade. Solicita à mesa a apresentação de nova minuta considerando um planejamento regional, chamado planos de bairro. Este seria apresentado pela Subprefeitura que recolheria as demandas da população e definindo o que se passa nas regiões envolvidas. Fala as diretrizes da Diagonal Sul, início dos estudos, e reforça a importância do desenvolvimento dos planos nas Subprefeituras para depois a prefeitura apresentar o plano da operação urbana. Cita às áreas de ZEIS que já foram gravadas na Lei nº 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico e que não se pode alterar as demarcações já apontadas na lei maior. Cita as áreas inundáveis da região e diz que não estão indicadas no projeto. Não querem que a população seja colocada “dentro d’água”. 16) Sra. Edileuza (ULCM) cumprimenta os presentes e se apresenta junto ao movimento de moradia e fala dos trinta anos de luta. Preocupa-se com a expulsão dos moradores para a periferia da cidade. Pede um olhar especial às famílias dos cortiços e das favelas. Não entende o discurso de qualidade x quantidade: qualidade para quem? Pede qualidade para todos, igualmente, e que seja

elaborado um cronograma do tempo de produção, da quantidade de unidades de habitação de interesse social e suas respectivas faixas de atendimento. Quer saber quantas unidades de habitações de interesse social serão produzidas para cada faixa de atendimento. 17) Sr. Osmar Lemes dos Santos (CADES-VP / OAB-VP / CPM-VP) cumprimenta a todos e se identifica como morador da Vila Prudente desde o nascimento. Há anos luta pelo crescimento do bairro. Também Conselheiro do CADES-VP, do Conselho Participativo da Subprefeitura de Vila Prudente, Conselheiro do Parque Municipal de Vila Prudente e Diretor do Meio Ambiente da OAB-VP. Trabalha há sete anos com estudos da região e conclui que os conselhos existentes não participam junto aos grandes projetos da cidade. Diz que o CADES Central era contra o adensamento habitacional e favorável aos planos de desenvolvimento, mas o adensamento já foi definido no Plano Diretor Estratégico. Não acredita que a proposta irá atender aos interesses da população e pede cautela aos movimentos de moradia quanto às indicações de áreas contaminadas. 18) Sra. Kátia Leite (Folha de Vila Prudente) cumprimenta os presentes e esclarece quanto à publicação do jornal folha de Vila Prudente. Diz que a resposta sobre a diminuição dos recursos para equipamentos públicos de 28% para 15% traz a justificativa, sendo que a grande demanda em áreas verdes fez com que os recursos fossem ajustados. Critica o Município que embasa o projeto municipal em projeto de infraestrutura de mobilidade urbana do Estado: Metro e CPTM. O Estado não consegue prosseguir com as obras e vê o adensamento proposto comprometido. O projeto prevê verbas para o Governo Estadual desenvolver as obras?! Entende que haverá adensamento sem a garantia da infraestrutura de mobilidade, comprometendo a situação existente. Fala também sobre as ilhas de calor, sendo importante contemplar integralmente o Parque da Rua Dianópolis, conforme solicitado pela população. 19) Sr. Zildo (Conselheiro Participativo Itaquera) cumprimenta todos os presentes e pergunta o por quê a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí não contempla Itaquera, São Miguel, Guaianazes e Itaim que são áreas vulneráveis da cidade. 20) Sr. Júlio Cesar Olivieri (ACSP-Distrital Mooca) Não se apresentou. Encerradas as falas dos manifestantes, o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues passa a palavra ao Vereador Toninho Vespoli para suas considerações sobre o projeto. O Vereador Toninho Vespoli cumprimenta os presentes e se coloca democraticamente divergente a algumas questões, principalmente com relação ao adensamento proposto. Preocupa-se com o atendimento desta população que viverá na região. Os equipamentos públicos não estão claramente definidos nem mesmo localizados no território. Entende a operação urbana como venda do território ao setor imobiliário em troca de poucas melhorias de infraestrutura. Sobre o Conselho, entende que o governo tem muito peso, mesmo quando paritário. O poder público tem informações que o membro da sociedade civil não possui. Propõe que o conselho seja formado 100% por membros da sociedade civil, sendo o poder público um indutor da discussão. Pede esclarecimentos quanto às áreas destinadas aos parques públicos. Tem a impressão que toda a área de parques está concentrada em torno dos rios e córregos, como parques lineares. Também se preocupa com a empresa proposta, pois apesar de pública, se apresenta como Sociedade Anônima e pode favorecer interesses privados. É contra a relocação de ZEIS e pede clareza quanto as áreas de ZEIS 1. Sobre a proposta como um todo, pede a apresentação de “travas” para que a população não seja empurrada para a periferia com o aumento do custo de vida devido à requalificação do perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Agradece a atenção de todos e encerra suas contribuições. O Sr. Gustavo Partezani Rodrigues retoma a palavra e inicia os esclarecimentos. Desculpa-se caso esqueça-se

de algum item, pois foram muitas falas, mas de qualquer forma, tentará abranger todas as indagações e dúvidas apresentadas. Sente-se feliz, pois o projeto já é da população. Ficou claro que todos interagiram com o texto proposto. Das várias manifestações após a 1ª rodada, cita que nos deparamos com 6 temas importantes: 1º rodada de audiências: quais serão os próximos passos; 2º habitação: produção de unidades, atendimento à favelas, ZEIS 1, 2 e 3; a gestão das ZEIS, oferta de unidades, regularização, cortiços, todo o processo de atendimento às famílias; 3º conselho gestor: representatividade dos conselhos e eleições diretas; 4º empresa: qual seu papel, ao que lhe cabe e como funciona; 5º adensamento populacional: o que é isso e para que serve; 6º parques: áreas e distribuição. Lembra a todos que estivemos neste mesmo local, em dezembro de 2014, em audiência para obtenção da Licença Prévia Ambiental. Foram apresentados os resultados do EIA-RIMA, onde todos os dados e levantamentos das favelas, população habitantes, vulnerabilidades, cortiços, equipamentos de saúde, educação, esportes, de cultura estão neste relatório. E assim que a Lei é aprovada, todos os dados são naturalmente atualizados, uma vez que as informações foram coletadas anteriormente. O relatório está disponível no site Gestão Urbana e convida a todos para conhecerem os estudos que embasaram o processo de construção da dessa proposta de Operação Urbana Consorciada. Sobre o atendimento habitacional, fica a questão de gravar ou não o nome das comunidades, uma vez que fixadas, poderão gerar problemas futuros, caso surgir novas áreas e comunidades necessitadas de atendimento. Também se estuda o número de unidades e como realizar os atendimentos. Assentamento em novas unidades, regularização fundiária e urbanização são temas relevantes e abordados na minuta. É importante garantir o atendimento, mas em locais adequados. Áreas de risco e áreas de inundação não devem receber assentamentos. Necessário garantir a segurança e a qualidade do meio ambiente. Sobre o Conselho Gestor, afirma que a proposta seguiu a linha do Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU, eleição direta para os segmentos, com a indicação de representantes de conselhos já instituídos, dando voz e força aos Conselhos Participativos Municipais que tratam de todo o território e também ao Conselho Municipal da Habitação. Diante das contribuições, a proposta de constituição do Grupo de Gestão será reavaliada, atentando a importância dos envolvidos. Quanto à empresa, esta foi pensada com gestão integrada e com foco nas diversas agendas e ações integradas de implantação das intervenções da Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí - OUCBT, priorizada pelo Grupo de Gestão. Sobre os parques, estes estão previstos e distribuídos pelo perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí - OUCBT. Serão de 20 mil m<sup>2</sup> a 95 mil <sup>2</sup>, respeitando suas características distintas e as próprias do local onde serão implantados. Totalizam 316.000 m<sup>2</sup> em 11 (onze) parques que serão conectados por caminhos verdes e amplas ruas arborizadas. O parque Teresa Cristina será o maior deles. A margem do Rio Tamanduateí não é considerada parque, mas sim área de preservação permanente – APP. Sobre o adensamento populacional, reforça sua importância, mas deve ser controlado. A cidade de São Paulo se espalhou muito, sendo suas distâncias significativas quando da locomoção, principalmente às áreas produtivas, onde se encontra o trabalho. É identificada a necessidade de ocupação de áreas subutilizadas e que possuem grande estrutura de mobilidade no entorno. É importante também priorizar as conexões locais, facilitando assim a utilização dos diversos modais e estações existentes na área. A Operação Urbana Consorciada é instrumento de transformação e de atendimento das diversas demandas. Concluindo os trabalhos, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues retoma os objetivos das agendas realizadas,

concluindo as audiências públicas nesta data. Esclarece que as audiências públicas são instrumentos para recepção de contribuições e sugestões a fim de aprimorar as propostas em debate. Hoje, foram recebidas várias propostas. A partir de todas as contribuições e propostas recebidas nas diversas agendas realizadas e na própria minuta participativa pela internet, tudo será sistematizado. Todos os órgãos públicos envolvidos trabalharão juntos no aprimoramento da proposta de Projeto de Lei. O Plano Diretor Estratégico rege a apresentação da proposta de intervenção para o Arco Tamanduateí até o final de 2015. Após o aprimoramento da minuta do Projeto de Lei, nova audiência pública será realizada, com o objetivo de apresentar o resultado final do texto após as ponderações e discussões apresentadas. Neste momento, algumas perguntas se apresentam espontaneamente, questionando a ampliação do perímetro expandido, a interlocução do plano urbanístico com projetos existentes em andamento, a realização de censo habitacional da população vulnerável e a gravação das comunidades existentes no perímetro da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. Sr. Gustavo Partezani Rodrigues esclarece rapidamente os pontos colocados, colocando a impossibilidade de ampliação do perímetro expandido por conta dos estudos realizados no EIA-RIMA e pelo Licenciamento Ambiental concedido, onde seu perímetro está estabelecido; diz que todos os projetos em andamento são estudados e relacionados à proposta apresentada; que a realização do censo será avaliada e que entende ser consenso dos movimentos a gravação das comunidades existentes (no perímetro da OUCBT) no Projeto de Lei. Aponta que o pedido será atendido, embasado nos dados oficiais da Secretaria Municipal de Habitação, sendo importante haver segurança legal. Neste momento, agradece a presença e paciência de todos, ratificando a devolutiva das informações com a realização de mais uma audiência pública para apresentação dos resultados do processo participativo da sociedade e aprimoramento do texto legal. Despede-se do público e encerra os trabalhos da noite. Eu, Patrícia Saran, Assessora de Diálogo Social da São Paulo Urbanismo, firmo a presente ata.